

Relatório
de Gestão

2015

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de **14 de Março de 2016**

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Índice

I. INTRODUÇÃO	2
II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2015	3
III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2015	5
IV. PERSPETIVAS PARA 2016.....	6
V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	7
A. Objetivos de Gestão	7
B. Gestão do Risco Financeiro.....	7
C. Limite Máximo de Endividamento.....	8
D. Prazo Médio de Pagamentos	9
E. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos	9
F. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2014	10
G. Remunerações dos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores	10
H. Suspensão do pagamento de complemento de pensões.....	16
I. Estatuto do Gestor Público.....	16
J. Despesas não documentadas	16
K. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	16
L. Contratação Pública	17
M. Relatório anual sobre prevenção da corrupção.....	17
N. Sistema Nacional de Compras Públicas	18
O. Frota Automóvel.....	18
P. Plano de Redução de Gastos Operacionais	18
Q. Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes.....	19
R. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	20
VI. RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTE DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	20
VII. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE.....	20
VIII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	22
IX. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	23
A. Nota Final	23
B. Aplicação de Resultados.....	24

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

I. INTRODUÇÃO

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, doravante também referida como CE, Circuito Estoril ou Empresa, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, o seu único ativo.

O Presidente, com funções não executivas, apresentou renúncia ao cargo em Julho de 2013, não tendo até à presente data sido substituído.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta atualmente a seguinte composição:

Presidente, não executivo: por eleger

Vogais, executivos: José Manuel Pereira Mendes de Barros

Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2015

O exercício de 2015 marcou o regresso da empresa aos lucros, apresentando um resultado líquido muito perto de um milhão de euros. Com efeito, o Circuito Estoril viveu um dos melhores anos de sempre, tendo atingido uma ocupação recorde das suas infraestruturas, apenas comparável a 2008, e uma rentabilidade inédita. Com efeito, a ocupação de pista atingiu os 303 dias, igualando a performance obtida em 2008, ano em que se realizou a prova do circuito internacional de MotoGP.

Para esta performance muito contribuiu a qualidade dos eventos que tiveram lugar ao longo do ano, com grande destaque para as apresentações de novos modelos automóveis, de longe aqueles que maior retorno geram para o negócio da empresa. Esta performance parece-nos tanto mais notável porquanto se continua a sentir que as equipas e as marcas têm agora, por comparação com períodos anteriores à crise que assolou o setor, mais restrições financeiras para este tipo de eventos, mostrando igualmente maior exigência e capacidade para otimizar custos e recursos.

Assim, em 2015, o Autódromo foi palco de apresentações da AMG, , Porsche, Jaguar, a BMW Motorrad e a Renault Trucks sendo de salientar ainda o evento “Global Training” da Daimler. A nível de testes, o ano foi igualmente profícuo, mesmo tendo em conta que as equipas de competição continuam a não ter muita folga financeira, ao mesmo tempo que procuram reduzir o tempo de ocupação de pista, optando muitas vezes por partilhar entre elas os dias de testes, contribuindo deste modo para uma ocupação dos circuitos que outrora era muito menos contida. Os eventos de testes que mais se destacaram em termos de volume de vendas foram os testes coletivos do Campeonato Alemão de turismos (DTM), os testes coletivos da GP3 e de várias equipas participantes no Campeonato European Le Mans Series.

No plano desportivo, manteve-se a realização das provas internacionais de automobilismo, sendo de destacar naturalmente o GT Open, Seat Leon Cup, Euroformula Open, Legend Classic Cup, a última prova do campeonato do European Le Mans Series (ELMS), a prova do campeonato de resistência de França VdeV, a “Endurance Super 7 by Kia” e os 250Km Estoril Cup. Em duas rodas, o Estoril recebeu em Abril, a prova “Copa Easy Race”.

No panorama nacional, o Campeonato Nacional de Velocidade, Single Seater Series, Classic Super Stock, Clássicos e FEUP, assim como o Campeonato Nacional de Velocidade de motos.

...

A nível nacional, várias marcas elegeram o Circuito Estoril para ser o palco das suas apresentações de frota, como foi o caso da Mercedes Portugal, Porsche Ibérica, Peugeot, Audi, Renault Portugal e Mercedes Portugal (veículos comerciais) . A BMW Motorrad realizou uma vez mais o evento “Driving Experience” dedicado aos seus clientes e imprensa.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Realizaram-se ainda vários “Track Days” de motos de nível ibérico, batismos de pista, “Driving Experiences” e testes comparativos para a comunicação social.

O Conselho de Administração congratula-se naturalmente com o retorno obtido decorrente do esforço que tem vindo a ser implementado a nível comercial e na otimização da estrutura de custos interna. No entanto, existe a consciência que se tratou de um ano particularmente bem conseguido em termos da rentabilização da capacidade instalada e que fatores como a rotatividade decorrente da diversificação dos locais de apresentações pelas marcas e das respetivas ações de marketing, a continuação da racionalização de custos e na utilização de meios por parte dos agentes, podem condicionar a atividade da empresa nos anos seguintes.

III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2015

Face a 2014, o volume de vendas aumentou 171%, ultrapassando os 3,4 milhões de euros, sendo a esmagadora maioria decorrente da exportação de serviços.

Foram atingidos em 2015, 303 dias de ocupação, contra os 163 dias de ocupação em 2014.

A empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico, tendo inclusivamente em Dezembro de 2014, cancelado a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional, e ainda reduziu as dívidas a fornecedores, refletindo o PMP os termos negociados junto dos mesmos.

O EBITDA reflete a continuidade do crescimento que já vinha a verificar em 2014 (face a 2013), sendo que em 2015 (face ao período homólogo) este cresceu 637%, atingindo valores positivos no montante de 1.334.550,47 euros, em linha com a redução dos custos de estrutura e com o significativo aumento do volume de vendas.

No que se refere a FSE, estes aumentaram apenas 131%, atingindo o montante de 1.736.925,25 euros, fruto do aumento dos custos variáveis associados ao incremento significativo da atividade da empresa. Em matéria de gastos com o pessoal, verificou-se uma ligeira subida (menos de 1%), muito explicado pela reversão legal de reduções salariais operadas em anos anteriores. Foram também contabilizadas imparidades de dívidas a receber no montante de 27.145,51 euros. Continuaram-se a renegociar vários contratos com fornecedores e denunciar outros, potenciando o aproveitamento dos recursos internos na prossecução das tarefas anteriormente subcontratadas.

Na sequência da avaliação efetuada em 2013 ao Circuito Estoril e, conseqüentemente, sobre a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios, foi solicitado um parecer de entidade independente sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis. Com base nesse trabalho, foram ajustadas as diversas rubricas de modo a refletirem os dados do referido parecer. Os gastos de depreciações a partir de 2014 inclusive já refletem as novas vidas úteis apuradas.

Durante o ano, foram efetuados investimentos e benfeitorias no montante de 26.884,51 euros.

IV. PERSPETIVAS PARA 2016

Não obstante o que anteriormente se referiu em relação à performance conseguida em 2015 e às vicissitudes que condicionam este negócio, o Conselho de Administração acredita que 2016 não deixará de ser um bom ano para o Circuito Estoril, consolidando a trajetória positiva encetada em exercícios anteriores e concretizada em 2015, tendo em conta o calendário de eventos neste momento já comprometido para 2016.

A principal fonte de receitas indutoras de rentabilidade dos autódromos como o Estoril, radica em dois aspetos fundamentais. O primeiro está relacionado com o tipo de eventos. As apresentações e os testes figuram no topo dos eventos que maior receita e rentabilidade (margem) trazem ao Circuito, figurando no extremo oposto, as provas desportivas. Não se trata de menosprezar as grandes provas desportivas de dimensão internacional, pois estas têm como efeito colateral importante para o negócio dos autódromos como o do Estoril a maior visibilidade proporcionada e a atração de equipas para testar pneus e as respetivas máquinas. Por outro lado, encontramos também a vocação desportiva destes equipamentos, que é incontornável. Se as provas de maior dimensão acarretam custos significativos e apenas são viáveis financeiramente se subsidiadas ou patrocinadas (sponsorship), as provas mais pequenas, como as dos campeonatos nacionais de velocidade devem ser apoiadas. E é isso que o Circuito Estoril tem vindo a fazer em articulação com a FPAK e a FMP.

Em segundo lugar, é importante um planeamento adequado do ano seguinte, de modo a potenciar o aproveitamento da infraestrutura e o negócio. A ocupação de pista que se espera para 2016 está em linha com o orçamentado, que por sua vez está em linha com o que havia antecipado no orçamento da empresa para 2016, o que perspetiva a manutenção de um EBITDA e de resultados bastante positivos.

Em matéria de qualidade dos eventos e tanto quanto se pode antever nesta altura, destacam-se três grandes apresentações internacionais, bem como, mais de quatro sessões de testes de competição.

V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A. Objetivos de Gestão

Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter os níveis endividamento residuais.

A atividade do Circuito Estoril encontra-se fortemente condicionada por circunstancialismos externos, desde logo de mercado, mas também por aqueles que são impostos pelos diferentes stakeholders, sejam as limitações impostas pelo enquadramento acionista e do regime das empresas públicas, por exemplo ao investimento, sejam aquelas que resultam do relacionamento com as forças vivas do concelho onde este equipamento se insere, designadamente em matéria de potenciação e de otimização do seu uso e exploração.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito Estoril.

Findo o exercício, e face à conjuntura exterior progressivamente adversa, para uma previsão orçamental de ocupação de 235 dias, atingiu-se o patamar dos 303 dias, muito acima dos 163 conseguidos em 2014.

B. Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a Parpública, os quais já no final de 2013 se situavam em pouco mais de 1.961 mil euros, o “CE – Circuito Estoril, SA” não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício. Existiu ainda, e até final de 2014, um contrato para utilização de um descoberto em conta corrente, que entretanto foi cancelado por iniciativa do Circuito Estoril.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do facto desta vir a ser anualmente revista por parte do acionista, refletindo o eventual aumento/redução do custo associado aos seus próprios financiamentos. Em 2015 a taxa praticada pelo acionista foi de 3,859%, taxa que manterá para 2016.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2015, em cerca de 76 milhares de euros.

Taxa Médial Financiamento Gastos

	2015		2014		2013	
	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal
Parpublica - Suprimentos	75 700,38	3,859%	88 392,35	4,51%	58 915,90	5,60%
Conta Cauionada	-	-	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 5%	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%

De notar que em Dezembro de 2014, foi cancelada a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional.

C. Limite Máximo de Endividamento

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	VALORES (€)			Valor	%
Financiamentos obtidos	1 961 659	1 961 659	1 961 659	-	0%
- dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por conversão	-	-	-	-	0%
Endividamento Ajustado	1 961 659	1 961 659	1 961 659	-	0%

O endividamento existente refere-se a suprimentos concedidos pelo acionista único.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

D. Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
A fornecedores (dias)	52	270	-217	-81%
A fornecedores (dias) - excluindo dívida negociada	51	62	-11	-18%

A CE tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores à volta dos 65 dias. A esta situação excetuam-se as faturas relativas a eletricidade, água, comunicações, renting, seguros e alguns outros fornecedores com os quais foram acordados permanentemente ou apenas pontualmente prazos de pagamento mais reduzidos. Em relação à primeira linha do quadro supra, o valor do PMP encontra-se substancialmente inflacionado relativamente a 2014 em virtude de uma situação concreta cujo montante representava em 31/10/2013 cerca de 95% do saldo de fornecedores e que ficou completamente resolvido em 30/11/2013, tendo contudo ainda impacto nos PMP apresentados relativos a 2014.

E. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2015 dos atrasos nos pagamentos, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

Dividas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
	0 - 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	68 586,00				
Aquisições de capital					
TOTAL	68 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00

“Atraso no pagamento”, o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

F. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2014

Dado que a empresa se encontrava na situação de perda de mais de metade do capital social e enquadrava-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considerava ser a mais adequada, o representante do acionista, solicitou em ao Conselho de Administração da sociedade que desenvolvesse os estudos demonstrativos do interesse e viabilidade das soluções decorrentes da aplicação do artigo 35º do código das Sociedades Comerciais, nomeadamente a fundamentação necessária ao preenchimento das condições previstas no artigo 11º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Em sequência desta solicitação, o Conselho de Administração da CE em Outubro de 2014, apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei.

Não foram emitidas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas de 2014.

G. Remunerações dos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores

As remunerações dos membros do Conselho de Administração da empresa foram definidas através de DUE de 20 de Novembro de 2012, a qual teve por base os valores fixados pelos diplomas legais em vigor, e compatíveis com as boas práticas existentes em empresas de dimensão e complexidade semelhante.

As remunerações dos Dirigentes bem como dos restantes funcionários são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei nº 82-B/2014 que aprova o orçamento Estado para 2015, particularmente no que respeita à matéria remuneratória, e a Lei nº 75/2014 de 12 Setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

A competência para fixação das remunerações na empresa, são conforme mapa seguinte:

	Competencia para determinação de remunerações
Remunerações dos membros dos órgãos sociais	Accionista
Remunerações dos diretores	Conselho de Administração
Remunerações dos restantes funcionários	Conselho de Administração

Assim, a política remuneratória prosseguida em 2015, para além de respeitar os princípios definidos no Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, relativo ao Estatuto do Gestor Público, também respeita as alterações na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, que veio alterar o referido Estatuto, particularmente no que respeita à matéria remuneratória. Estas alterações vieram posteriormente a ser objeto de regulamentação e concretização através das RCM nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e nº 36/2012, de 26 de Março, Lei nº 82-B/ 2014 e Lei 75/2014 de 12 Setembro.

Estas decisões traduzem-se assim numa efetiva redução do nível remuneratório dos órgãos sociais, a qual se insere num programa mais vasto de um real abaixamento de toda a estrutura salarial praticada de forma generalizada nos setores Administrativo e Empresarial do Estado.

Característica que se mantém na política remuneratória dos órgãos sociais da CE, fundada na total transparência e cumprimento das regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibilizando no seu site e através do Relatório anual toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação, como também a informação individual referente às remunerações pagas a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Divulgação das Remunerações

Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

Os mandatos, cargos, nomes e vencimentos são os que constam do quadro seguinte:

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
2013-2015	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013-2015	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Conselho de Administração

Os mandatos, cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRL	
			Forma	Data	Entidade	(O/D)
2012-2014	Vogal	José Manuel Pereira Mendes de Barros	DUE	20-11-2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	DUE	20-11-2012	Não aplicável	Não aplicável

Apenas um membro do Conselho de Administração é remunerado pela empresa, sendo que o outro membro não auferir qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferir remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a Parpública, SGPS.

No entanto, na Parpública o administrador auferiu as seguintes remunerações:

- 4.578,20 euros, paga 14 vezes por ano correspondente a remuneração base, Subsídio de Férias e de Natal
- 1.831,28 euros, paga 12 vezes por ano, correspondente a despesas de representação.

Os valores acima indicados foram sujeitos a um corte de 5% de acordo com a Lei 12-A/2010, a um corte adicional de 10% de acordo com a Lei nº 75/2014 de 12 setembro e à reversão de 20% sobre esta última redução.

Importa ainda referir que não existem remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Parpública (SGPS), SA	Vogal do Conselho de Administração	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Águas de Portugal-SGPS, SA	Administrador não Executivo	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	SAGESECUR, SA	Presidente Conselho de Administração	Público

O único administrador que usufrui remuneração respeita integralmente o novo estatuto remuneratório do gestor público, a Lei nº 82 – B/2014 (aprova o orçamento estado) e a Lei nº 75/2014 (estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão).

Os montantes fixados para 2015 de acordo com a classificação da empresa são os que constam do mapa seguinte:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta €	
			Vencimento	Despesas de representação
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	Sim	C	3 201,08	1 280,43

Em cumprimento das boas regras de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, foram fixados os limites mensais para os encargos referentes a telemóveis, portagens e combustíveis consumidos pelas viaturas de serviço afetas ao administrador executivo que auferem remuneração. O limite das despesas mensais de combustível e portagens são as fixadas nos termos da lei em vigor, atualmente de um quarto do abono mensal para despesas de representação o que corresponde a 320,11 euros, o valor máximo mensal de despesas associadas a comunicações é de 80,00 euros.

É de referir ainda que no decorrer do atual mandato dos órgãos sociais, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Também não existe nenhum regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2015 pelos administradores:

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Fixa*	Variável	Bruta	Redução remuneratória	Reversão remuneratória	Valor Final
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	68 856,08	NA	68 856,08	9 984,13	1 308,27	60 180,22
* Valor sujeito às reduções previstas no artº 12º da Lei nº 12-A/2010 e Lei nº 75/2014			68 856,08	9 984,13	1 308,27	60 180,22

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsidio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro Acidentes de Trabalho	Seguro de acidentes Pessoais
	Diário	Montante pago Ano	Segurança Social	Valor	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	NA	NA	SIM	15 144,66	652,23	-	1 174,79	30,39
				15 144,66	652,23	0,00	1 174,79	30,39

Membro do Órgão de Administração	Gastos com Comunicações Moveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	Não auferiu remunerações ou outras regalias pela CE
Anne Camara (Vogal Executiva)	80,00	218,03	

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Nº prestações contratuais Remanescentes
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	SIM	SIM	39 851,82	RENTING	2014	2018	593,45	7121,40	35

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	
Anne Camara (Vogal Executiva)	320,11	1 349,30	236,70	NA	NA	O montante do Renting já inclui seguros e manutenção da viatura

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço (€)			
	Deslocações em Serviço	Custos com alojamento	Ajudas de Custo	Gasto total com viagens
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	0,00	0,00	0,00	0,00
Anne Camara (Vogal Executiva)	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Fiscal Único

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação Fiscal Único			Designação			Nº de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2013-2015	Fiscal Único Efectivo	BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	Sociedade - 29 Representante 725	1122	AG	15-04-2013	Honorários	4
2013-2015	Fiscal Único Suplente	Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	995		AG	15-04-2013		2

O fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Fiscal único efetivo e suplente

A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Remuneração dos restantes Trabalhadores - As remunerações dos restantes funcionários são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei nº 82-B/ 2014, que aprova o orçamento Estado para 2015, e a Lei nº 75/2014 de 12 Setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão. O montante das reduções deduzidas do montante das reversões remuneratórias aplicadas a estes ascenderam em 2015 a 4 756,49 euros.

H. Suspensão do pagamento de complemento de pensões

A CE, independentemente dos seus Resultados Líquidos, nunca efetuou qualquer pagamento a título de complementos de pensões a nenhum dos seus funcionários ou administradores.

I. Estatuto do Gestor Público

De referir que, no cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de Janeiro, não houve lugar à utilização de cartões de crédito pelos gestores, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa. Como também não existiu qualquer reembolso aos gestores de despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

J. Despesas não documentadas

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, não se realizaram quaisquer despesas não documentadas.

K. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, encontra-se em fase de elaboração para posterior divulgação de um relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

No entanto, dada a estrutura da empresa ser tão reduzida, não existem homens e mulheres a desempenhar funções semelhantes, não sendo possível efetuar comparações *inter* categorias. Daí não existir na empresa uma definição salarial por “categoria”. Contudo, no caso dos 2 diretores existentes, diretor de operações e diretora financeira, a remuneração bruta auferida pela diretora financeira é inclusivamente superior à remuneração bruta auferida pelo diretor de operações.

A empresa pauta-se pelo princípio da não discriminação de género, começando desde logo pela composição do seu Conselho de Administração. A diferenciação em termos nível salarial praticado entre os diferentes colaboradores advém naturalmente das aptidões técnicas e da criticidade da função.

L. Contratação Pública

Por se encontrar em regime concorrencial, a empresa não se encontra abrangida pelas normas de Contratação pública nos termos do disposto no art.º 2º n.º 2, al. a), i) – Entidades Adjudicantes do Código dos Contratos Públicos. Não obstante, a empresa implementa um conjunto de boas práticas na aquisição de bens e serviços que passa sempre por consultas a vários fornecedores, optando, em condições de igualdade, pela proposta que permite maior poupança de custos.

A empresa implementou um sistema de controlo interno (SCI), vertido no seu manual de procedimentos aprovado em dezembro de 2013, e dirigido para áreas específicas da empresa, sendo periodicamente atualizado de acordo com a evolução da atividade e das boas práticas. A última atualização data de 16 de Fevereiro de 2015.

Importa ainda referir que não existiram atos ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros.

M. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Encontra-se em fase final de elaboração um Plano de Ação para prevenir fraudes internas e externas. Dentro do que é conhecimento desta administração, não existiram ocorrências dessa natureza, não tendo portanto sido emitido qualquer relatório identificativo de ocorrências, conforme Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, e n.º1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

N. Sistema Nacional de Compras Públicas

A empresa não aderiu ao sistema nacional de compras públicas.

O. Frota Automóvel

O parque automóvel da empresa é constituído por cinco viaturas:

- Uma afeta à vogal executiva, em regime de *renting* de acordo com instruções do acionista (DUE 19/11/2008 e DUE 17/01/2014 com efeitos a partir de 24 Dezembro 2014)
- Duas afetas aos Diretores;
- Duas viaturas ligeiras de mercadorias afetas ao normal funcionamento da empresa.

(Unid.: euros)

PRC	2015	2014	2013	2015/2014	
				Var. Absol.	Var. %
Nº viaturas	5	5	5	0,00	0%
Gastos c/ as viaturas *	26 432,11	29 406,09	28 640,10	-2 973,98	-10%

*Inclui os Gastos com *renting*, conserv e reparação, combustível, portagens, seguros, IUC e inspeções

P. Plano de Redução de Gastos Operacionais

A CE apresenta em 2015 um EBITDA positivo no montante de 1.334.550,47 euros. Este reflete a continuidade do crescimento que já se vinha a verificar desde 2014. Em 2015 o EBITDA cresceu 637% face ao período homólogo.

Comparando sempre com o período homólogo, apesar dos FSE terem crescido 131%, este crescimento é fruto do aumento da atividade, situação que se demonstra por um ainda maior aumento percentual do Volume de Negócios (aumento de 171%).

Desta forma, o já referido crescimento dos FSE contribuiu de forma positiva para reduzir substancialmente o peso dos Gastos operacionais sobre o Volume de Negócios atingindo em 2015 um rácio de 61% (contra os 86% de 2014).

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

O aumento dos gastos de comunicação e deslocação/Estadas face a 2014, está associado ao aumento do Volume de Negócios, resultante de serviços solicitados e faturados a clientes nomeadamente linhas de dados e Internet, salientando-se, contudo, que no caso das despesas com deslocação e estadas, os gastos registados nesta conta são inferiores aos constantes do Plano de Atividades e Orçamento 2015, devidamente autorizado pela tutela através do Despacho 917/15-Set., de 12 de junho de 2015.

O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se não só ao aumento de atividade, gerando a necessidade do pagamento de algumas horas extras, como também à reversão parcial das reduções remuneratórias em vigor.

(Unid.: euros)

PRC	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2015/2014		VARIAÇÃO 2015/2010	
							Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
CMVMC	494,12	837,68	1 375,07	5 377,56	6 061,62	10 916,17	-343,56	-41%	-10 422,05	-95%
FSE	1 736 925,25	751 842,38	1 136 036,06	2 368 774,59	6 527 808,11	6 734 699,21	985 082,87	131%	-4 997 773,96	-74%
Gastos com Pessoal	360 798,66	347 820,38	348 952,01	432 799,32	501 584,88	521 394,49	12 978,28	4%	-160 595,83	-31%
Gastos Operacionais	2 098 218,03	1 100 500,44	1 486 363,14	2 806 951,47	7 035 454,61	7 267 009,87	997 717,59	91%	-5 168 791,84	-71%
Volume de Negócios	3 459 213,75	1 276 078,18	1 889 755,91	3 207 696,57	2 445 889,28	3 994 567,47	2 183 135,57	171%	-535 353,72	-13%
Peso dos Gastos / VN (%)	61%	86%	79%	88%	288%	182%				
Comunicações	27 299,63	22 098,04	25 051,05	40 394,22	60 655,66	60 853,26	5 200,79	24%	-33 553,63	-55%
Deslocações/Estadas	1 183,80	1 029,20	2 050,85	19 042,17	33 072,46	37 316,62	154,60	15%	-36 132,82	-97%
Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%

Q. Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes

Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução do número de trabalhadores de 2011 a 2015.

(Unid.: euros)

PRC	2015	2014	2013	2012	2011	2015/2014	
						Var. Absol.	Var. %
Nº de Trabalhadores	14	14	14	15	17	0	0%
Nº de Efetivos	13	13	13	13	16	0	0%
- C.Administração	2	2	2	3	3	0	0%
- Diretores	2	2	2	2	3	0	0%
- Restantes Trabalhadores	10	10	10	10	11	0	0%
Nº Cargos de Direção (Diretores + C.A.)	4	4	4	5	6	0	0%
Nº Trabalhadores /Cargos Direção	4	4	4	3	3	0	0%

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Importa contudo ainda referir que o quadro de pessoal existente é o adequado às efetivas necessidades da organização por forma a manter a operacionalidade e eficiência da mesma.

R. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em cumprimento do previsto no artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, a CE mantém a quase totalidade das suas disponibilidades e aplicações junto da Agencia de Gestão da Tesouraria e da Divida Publica – IGCP.

A empresa não auferiu quaisquer juros fora do IGCP.

VI. RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTE DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa no ano de 2015.

VII. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Sendo uma empresa detida integralmente pela Parpública SGPS, o Circuito Estoril não disponibiliza diretamente informação no site do SEE.

A empresa cumpre contudo os deveres de informação a que está sujeita, maioritariamente através do INE, Tribunal de Contas, IGF e DGTF (estes últimos fundamentalmente através do SIRIEF), SIOU e Site da CE.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	N.A.	
Caraterização da Empresa	N.A.	
Função de tutela e accionista	N.A.	
Identificação da Empresa:		
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	N.A.	
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais		
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	
- Estatuto remuneratório fixado	N.A.	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	N.A.	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos O.S.	N.A.	
Esforço Financeiro Público	N.A.	
Ficha Síntese	N.A.	
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	
Princípios de Bom Governo	N.A.	
- Regulamentos Internos e Externos que a empresa está sujeita	N.A.	
- Transações Relevantes c/ entidades relacionadas	N.A.	
- Outras transacções	N.A.	
- Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	N.A.	
- Avaliação do cumprimento dos PBG	N.A.	
- Código de Ética	N.A.	

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

VIII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de actividade e Orçamento			Ponto V. A. Relatório
- Maximização da ocupação rentável e visível	S	Real 303 dias ; Orçamentado 235 dias - Real / Orçamentado - acréscimo de 29%	
- Aumento dos Resultados Líquidos	S	RL Orçamentado 321,064,35 €; RL Real 953,206,29 € - Real / Orçamentado - acréscimo de 197%	
- Redução de gastos operacionais	S	Redução de 67% dos gastos com Deslocação/Estadas face ao PAO 2015	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Ponto V. B. Relatório
Límites de Crescimento do Endividamento	S	Sem endividamento bancário ; taxa Suprimentos do Acionista 3,859%	Ponto V. C. Relatório
Evolução dos PMP a fornecedores	S	Redução de 11 dias em média no PMP a Fornecedores	Ponto V. D. Relatório
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	68,586,00 €	Ponto V. E. Relatório
Recomendações do acionista na aprovação de contas	N.A.		Ponto V. F. Relatório
Remunerações:			Ponto V. G. Relatório
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos artº 41º da Lei 82-B/2014	S		
Órgãos sociais - redução e reversão remuneratória nos termos da Lei 75/2014	S	Redução 6,541,33 €; Reversão 1,308,27 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei nº 12-A/2010	S	3 442,80 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 82-B/2014	N.A.		
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias nos termos da Lei 75/2014	S	4 756,49 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artº 38º da Lei 82-B/2014	S		
EGP - artº 32º			Ponto V. I. Relatório
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do DL nº 133/2013			Ponto V. J. Relatório
Proibição de realização de despesas não documentadas	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014	S		Ponto V. K. Relatório
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N	Em fase de elaboração	
Contratação Pública			Ponto V. L. Relatório
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	N.A.		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Prevenção da Corrupção - nº 1 do artigo 46º do DL nº 133/2013			Ponto V. M. Relatório
Elaboração e divulgação do relatório anual	N		Não existiram ocorrências
Auditorias do Tribunal de Contas	S		Ponto VI. Relatório
Recomendação	N.A.		
Parque Automóvel	S	0	Ponto V. O. Relatório
Nº viaturas	S	5	
Gastos com viaturas	S	26,432,11 €	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 82-B/2014)	S		Ponto V. P. Relatório
Volume de Negócios/Gastos Operacionais	S	O rácio reduziu de 86% em 2014 para 61% em 2015	
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei nº 82-B/2014)	N	0%	Ponto V. Q. Relatório
Nº de trabalhadores	N		
Nº de cargos dirigentes	N		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125º da Lei nº 82-B/2014/artigo 28º do DL 133/2013)	S		Ponto V. R. Relatório
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99% de disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31/12/2015	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	

IX. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A. Nota Final

O capital próprio da empresa em 31/12/2015 ascende a € 8.538.343,88 para um capital social de € 30.000.000,00. Esta situação reflete a perda de mais de metade do capital social e enquadra-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considere ser a mais adequada.

No âmbito do presente Relatório de Gestão, cabe ao Conselho de Administração alertar o acionista para a situação descrita. Em Outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei. A comissão executiva da Parpublica apreciou e discutiu com interesse a proposta apresentada pela CE, tendo considerado não estarem ainda reunidas as condições necessárias para a tomada de decisão.

Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou às Finanças, bem como, não terem ocorrido factos relevantes após a data do balanço.

Invocando que o sucesso possível alcançado em 2015 só foi viável com sinergias, empenho pessoal e apoios institucionais, o Conselho de Administração agradece:

Aos clientes

A todos os colaboradores sem cuja atuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À acionista, Parpública, pela confiança e apoio prestados;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efetuado;

Demais *stakeholders*.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

B. Aplicação de Resultados

Pela leitura dos documentos de prestação de contas verifica-se um **Resultado Líquido positivo de 953.206,29 euros**.

Propõe-se que o montante de *47.660,31 euros*, seja destinado à constituição da *Reserva Legal*, e que o montante de *905.545,98 euros* seja transferido para a conta de *Resultados Transitados*.

Estoril, 14 de Março de 2016

A Administração



José Manuel Pereira Mendes de Barros



Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	4	3.459.213,75	1.276.078,18
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(494,42)	(837,68)
Fornecimentos e serviços externos	6	(1.736.925,25)	(751.842,38)
Gastos com o pessoal	7	(360.798,66)	(347.820,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(27.145,51)	-
Outros rendimentos e ganhos	8	936,91	16.004,42
Outros gastos e perdas	9	(236,35)	(10.622,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.334.550,47	180.959,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(232.993,69)	(227.101,20)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.101.556,78	(46.141,73)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	787,58	886,57
Juros e gastos similares suportados	11	(75.700,38)	(88.392,35)
Resultado antes de impostos		1.026.643,98	(133.647,51)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(73.437,69)	(11.125,62)
Resultado líquido do período		953.206,29	(144.773,13)

A Administração

O Contabilista Certificado




CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	8.963.940,80	9.170.050,01
		8.963.940,80	9.170.050,01
Activo Corrente			
Inventários	14	27.912,62	28.407,04
Clientes	15	183.088,27	97.571,82
Estados e outros entes públicos	17	-	150.451,77
Outras contas a receber	18	15.947,14	16.409,33
Diferimentos	19	33.653,92	35.028,30
Caixa e depósitos bancários	20	2.308.071,09	759.989,94
		2.568.673,04	1.087.858,20
Total do activo		11.532.613,84	10.257.908,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	22	15.674,40	15.674,40
Reservas legais	22	18.106,36	18.106,36
Resultados transitados	22	(22.448.643,17)	(22.303.870,04)
		7.585.137,59	7.729.910,72
Resultado líquido do período		953.206,29	(144.773,13)
Total do capital próprio		8.538.343,88	7.585.137,59
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	250.846,29	112.355,66
Estado e outros entes públicos	17	57.646,95	11.881,39
Accionistas/sócios	24	2.212.758,64	2.212.758,64
Diferimentos	19	268.217,43	241.987,73
Outras contas a pagar	23	204.800,65	93.787,20
		2.994.269,96	2.672.770,62
Total do passivo		2.994.269,96	2.672.770,62
Total do capital próprio e do passivo		11.532.613,84	10.257.908,21

A Administração

O Contabilista Certificado




CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	3 748 480,53	1 627 360,85
Pagamentos a fornecedores	(1 838 258,41)	(950 501,01)
Pagamentos ao pessoal	(346 499,50)	(332 436,77)
Caixa gerada pelas operações	1 563 722,62	344 423,07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2 238,68)	(12 749,05)
Outros recebimentos/pagamentos	13 434,23	2 848,56
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	1 574 918,17	334 522,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(27 633,30)	(51 797,43)
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Outros activos		
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(27 633,30)	(51 797,43)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Outras operações de financiamento	1 124,89	549,26
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos e similares	(328,61)	(3 661,65)
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	796,28	(3 112,39)
Variação de caixa e seus equivalentes	1 548 081,15	279 612,76
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	759 989,94	480 377,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 308 071,09	759 989,94
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2 500,00	2 500,00
Depósitos bancários	2 305 571,09	757 489,94
Outras aplicações de tesouraria		
	2 308 071,09	759 989,94

A Administração

O Contabilista Certificado




DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

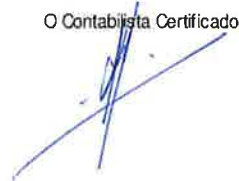
CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2014	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(10.370.598,61)	(11.933.271,43)	7.729.910,72
Alterações no período						-
Aplicação dos resultados				(11.933.271,43)	11.933.271,43	-
	-	-	-	(11.933.271,43)	11.933.271,43	-
Resultado líquido do período					(144.773,13)	(144.773,13)
Resultado integral	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
A 31 de Dezembro de 2014	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
A 01 de Janeiro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
Movimentos Período - 2015						
Aplicação dos resultados				(144.773,13)	144.773,13	-
	-	-	-	(144.773,13)	144.773,13	-
Resultado líquido do período					953.206,29	953.206,29
A 31 de Dezembro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88

A Administração



O Contabilista Certificado



ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO de 2015

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** é detida pela Parpública, SGPS, SA, pertencente ao Grupo Parpública. As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais, apresentando a Parpública demonstrações financeiras consolidadas.

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** tem a sua sede na Avenida Alfredo César Torres, Apartado 49, 2646-901 Alcabideche, Concelho de Cascais, Portugal.

A sociedade até 1 de Abril de 2007 não exerceu qualquer atividade de exploração e o seu património consistia num recinto desportivo afeto aos desportos motorizados, composto por um conjunto de bens, construções e infraestruturas, que em 1998 estabeleceu um contrato entre si e uma sociedade gestora de património com duração de 15 anos.

A partir de 1 de Abril de 2007 a sociedade exerce a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CE-Circuito Estoril, SA foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 14 de Março de 2016.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Financeiras da CE – Circuito Estoril, S.A. foram preparadas em harmonia com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicando-se o modelo do custo deduzido de imparidades, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização de exercícios, consistência e substância sobre a forma e materialidade.

A acionista Parpública, SGPS, S.A. detentora de 100% do Capital Social, deliberou, a alteração da denominação da sociedade anterior (Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.) para a atual sociedade (CE – Circuito Estoril, S.A.) tendo esta designação sido aprovada pelo certificado de admissibilidade nº 627907, emitido em 9 de Março de 2007, pelo RNPC.

Foi igualmente deliberado pelo acionista integrar a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.), na atual sociedade, CE – Circuito Estoril, S.A.

A modalidade escolhida como a mais adequada à referida transferência da atividade consistiu na operação de entrada de ativos, a coberto do regime da neutralidade fiscal.



Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os subsídios não reembolsáveis recebidos do Estado, foram contabilizados numa conta dos Capitais próprios (593-Subsídios).

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação da CE – Circuito Estoril, S A, é o EURO.

Todas as diferenças existentes são levadas a resultados no período em que ocorrem.

Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para os bens transferidos da Sociedade Gestora do Autódromo, foi utilizada a mesma taxa que era praticada por essa Sociedade para que no final do ano 2012 todos os bens constantes da conta Edifícios e Outras Construções se encontrem totalmente depreciados. Em Dezembro de 2013 foi solicitado a entidade independente uma avaliação com referência a 31 Dezembro 2013, para determinação da Quantia Recuperável. As imparidades resultantes dessa avaliação encontram-se refletidas nas contas (Terrenos e Edifícios) à data de 31 Dezembro. Posteriormente, foi também emitido um parecer de entidade independente, sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis, objeto desta avaliação. Com base nesse trabalho foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer. Os gastos de depreciações e amortizações a partir de 2014 inclusive, já refletem as novas vidas úteis apuradas.

Encontram-se registados nesta rubrica ativos tangíveis em curso no valor total de 152.425,00 € respeitante ao terreno destinado ao Kartódromo.

Este ativo resulta de contrato promessa celebrado em Janeiro de 2012 com a Estamo, para a aquisição de um lote de terreno, sito na Freguesia de Alcabideche, e que é contíguo ao Autódromo, o qual integrava o património do Instituto de Gestão Financeira da Justiça, I.P., visando a sua futura utilização em beneficiação e valorização da infraestrutura do Circuito Estoril. Aguarda-se o registo em nome da CE.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se

obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Gastos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica Caixa e seus equivalentes é composta por dinheiro e investimentos altamente líquidos prontamente convertíveis para dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo

amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. Os ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Em relação aos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas. São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes

A maioria das prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Subsídios

Os subsídios destinados às obras da infraestrutura do autódromo, tiveram origem na realização do Capital em espécie que consta do inventário especialmente preparado par o efeito quando da transferência de Ativos e Passivos da Sociedade Gestora do Autódromo, SA, a qual ocorreu em 1 de Abril de 2007.

A operação referida anteriormente segue o regime da neutralidade prevista no art.º 67 e seguinte do CIRC, pelo que os Ativos e Passivos objeto de transferência foram inscritos na contabilidade desta sociedade, com os mesmos valores que tinham na contabilidade da anterior sociedade.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das Empresas incluídas na consolidação dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras à data de 31 de Dezembro de 2015.



Impostos sobre Lucros

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente no capital próprio, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Responsabilidades Contingentes

As responsabilidades Contingentes à data de 31 de Dezembro são as que constam do quadro seguinte:

Descrição	R&C	Nota	Quantificável	Probabilidade de Ocorrência	Montante	Horizonto Temporal	Observações
Procº nº 4345/12.9TBCSG - Acção Declarativa de Condenação	Sim	3	Sim	15	573 876,55	2014 e pós 2014	O processo tem vários réus envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a acção, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo
Procº nº 1797/05.7TBELSB - Acção administrativa Especial	Sim	3	Não	0	0,00		O Tribunal Central Administrativo Sul julgou irrecorível a decisão da 1ª Instância. Desta decisão foi interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, aguardando-se decisão.
Procº nº 991/10.3BESNT - Acção de Contencioso Pre-contratual	Sim	3	Não	0	0,00		O Supremo Tribunal Administrativo ordenou que o processo passasse às instâncias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicação do Código dos Contratos Públicos e eventual convolação dos autos em processo indemnizatório.
Renting viatura 50-NN-92 - contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 15 - 512,71 X15= 7.690,65 euros	Sim	3 e 6	Sim	100	7 690,65	12-03-2017	
Renting viatura 32-NO-15 - contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer 15 - 522,01 X15= 7.830,15 euros	Sim	3 e 6	Sim	100	7 830,15	15-03-2017	
Renting viatura 75-PI-59 - contrato termina a 22/12/2018 rendas por vencer 36 - 593,45 x36= 20.770,75 euros	Sim	3 e 6	Sim	100	20 770,75	22-12-2018	

EUROS

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Não existem factos supervenientes à data do Balanço, tanto quanto é do conhecimento da Administração, suscetíveis de alterar com materialidade a situação económico-financeira da empresa.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	651,06	1 447,16
Sub-total	651,06	1 447,16
Prestação de Serviços - Mercado Interno	1 765 198,14	457 125,49
Prestação de Serviços - União Europeia	1 676 184,55	692 855,33
Prestação de Serviços - Países terceiros	17 180,00	124 650,20
Sub-total	3 458 562,69	1 274 631,02
Vendas e prestações de serviços	3 459 213,75	1 276 078,18

5. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mercadorias</u>
1. Existência iniciais	28 407,04	29 244,72
2. Compras		
3. Regularização de Existências		
4. Existência finais	27 912,62	28 407,04
5. CMVMC (1+2+3-4)	494,42	837,68

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhos especializados	359 158,98	300 406,30
Publicidade	0,00	3 496,45
Vigilância e segurança	179 312,05	148 101,20
Honorários	18 000,00	18 000,00
Comissões	355 341,84	6 566,60
Conservação e reparação	45 508,76	28 381,85
Serviços bancários	1 930,51	5 242,96
Ferramentas e utensílios	1 846,08	20 182,18
Material Escritório	1 887,89	936,49
Electricidade	89 548,42	54 697,87
Combustíveis	455 406,13	33 991,46
Água	14 499,88	8 467,86
Outros fluidos	1 800,64	1 711,20
Deslocações e estadas	1 183,80	1 029,20
Rendas e alugueres viaturas	19 538,03	22 664,97
Rendas Outras	38 980,80	16 720,18
Comunicação	27 299,63	22 098,84
Seguros	28 550,18	26 532,60
Limpeza, higiene e conforto	79 561,21	31 415,59
Outros	17 570,42	1 198,58
Fornecimentos e serviços externos	<u>1 736 925,25</u>	<u>751 842,38</u>

A CE Circuito Estoril, SA detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento dos gastos com Rendas e Alugueres de Viaturas acima indicados.

No final do período, a CE tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A menos de 1 ano	19 552,80	19 552,80
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	16 756,78	36 307,90

7. GASTOS COM O PESSOAL

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	60 611,78	60 775,92
Pessoal	<u>221 701,63</u>	<u>210 736,54</u>
	282 313,41	271 512,46
Prémios de seguro	12 000,22	12 601,17
Encargos sobre remunerações	64 690,19	62 424,61
Outros	<u>1 794,84</u>	<u>1 282,14</u>
Sub-total	<u>78 485,25</u>	<u>76 307,92</u>
Gastos com o pessoal	<u>360 798,66</u>	<u>347 820,38</u>

8. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**Outros rendimentos e ganhos**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Correcções períodos anteriores	880,66	15 938,84
Outros	<u>56,25</u>	<u>65,58</u>
	<u>936,91</u>	<u>16 004,42</u>

9. OUTROS GASTOS E PERDAS**Detalhe de outros gastos e perdas**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto s/valor acrescentado		
Imposto de selo	18,57	171,10
Imposto unico circulação	84,00	84,00
Taxas	133,00	791,86
Descontos pronto pagamento concedidos	0,75	36,25
Anulação PEC		9 522,00
Correcções exercícios anteriores	0,03	
Outros		<u>17,48</u>
	<u>236,35</u>	<u>10 622,69</u>

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2014						
Custo de aquisição	57 264 529,43	509 700,50	128 457,45	211 742,32	104 624,80	58 219 054,50
Depreciações acumuladas	(34 943 995,91)	(479 194,26)	(128 457,45)	(161 534,19)	(93 970,33)	(35 807 152,14)
Imparidade	(13 208 877,51)					(13 208 877,51)
Valor líquido	9 111 656,01	30 506,24	-	50 208,13	10 654,47	9 203 024,85
Adições		27 642,92		13 308,00	750,44	41 701,36
Depreciação - exercício	(195 999,71)	(14 654,69)		(13 819,07)	(2 627,73)	(227 101,20)
Valor líquido	8 915 656,30	43 494,47	-	49 697,06	8 777,18	9 017 625,01
31 de Dezembro de 2014	8 915 656,30	43 494,47	-	49 697,06	8 777,18	9 017 625,01
Custo de aquisição	57 264 529,43	537 343,42	128 457,45	225 050,32	105 375,24	58 260 755,86
Depreciações acumuladas	(35 139 995,62)	(493 848,95)	(128 457,45)	(175 353,26)	(96 598,06)	(36 034 253,34)
Valor líquido antes imparidade	22 124 533,81	43 494,47	-	49 697,06	8 777,18	22 226 502,52
Imparidade Terreno-2012	(1 542 779,06)					(1 542 779,06)
Imparidade Terreno-2013	(9 992 279,61)					(9 992 279,61)
Imparidade Edifícios-2013	(1 673 818,84)					(1 673 818,84)
Valor líquido após imparidade	8 915 656,30	43 494,47	-	49 697,06	8 777,18	9 017 625,01
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	152 425,00					152 425,00
Saldo em 01-01-2013	882 296,14					
Transferido para Activo Tangível	(343 575,00)					
Imparidade 31-12-2013	(386 296,14)					
	152 425,00					
TOTAL GERAL	9 068 081,30	43 494,47	0,00	49 697,06	8 777,18	9 170 050,01
	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2015						
Custo de aquisição	57 264 529,43	537 343,42	128 457,45	225 050,32	105 375,24	58 260 755,86
Depreciações acumuladas	(35 139 995,62)	(493 848,95)	(128 457,45)	(175 353,26)	(96 598,06)	(36 034 253,34)
Imparidade	(13 208 877,51)					(13 208 877,51)
Valor líquido	8 915 656,30	43 494,47	-	49 697,06	8 777,18	9 017 625,01
31 de Dezembro de 2015						
Adições	15 900,00	938,75	7 500,00	1 199,26	1 346,50	26 884,51
Alienações/Abates						-
Transferências A), Reavaliações						-
Reavaliações 2010						-
Depreciação - exercício	(196 927,21)	(17 680,71)	(104,13)	(15 734,60)	(2 547,04)	(232 993,69)
Correcções reintegrações						-
Depreciação - alienações						-
Outras diminuições	(0,03)					(0,03)
Valor líquido	8 734 629,06	26 752,51	7 395,87	35 161,72	7 576,64	8 811 515,80
31 de Dezembro de 2015						
Custo de aquisição	57 280 429,43	538 282,17	135 957,45	226 249,58	106 721,74	58 287 640,37
Depreciações acumuladas	(35 336 922,86)	(511 529,66)	(128 561,58)	(191 087,86)	(99 145,10)	(36 267 247,06)
Valor líquido antes imparidade	21 943 506,57	26 752,51	7 395,87	35 161,72	7 576,64	22 020 393,31
Imparidade Terreno-2012	(1 542 779,06)					(1 542 779,06)
Imparidade Terreno-2013	(9 992 279,61)					(9 992 279,61)
Imparidade Edifícios-2013	(1 673 818,84)					(1 673 818,84)
Valor líquido após imparidade	8 734 629,06	26 752,51	7 395,87	35 161,72	7 576,64	8 811 515,80
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	152 425,00					152 425,00
TOTAL GERAL	8 887 054,06	26 752,51	7 395,87	35 161,72	7 576,64	8 963 940,80

Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento de perda por imparidade nos períodos anteriores surgem na sequência das reservas nas Certificações Legais das Contas dos últimos anos. Desta forma a CE decidiu contratar uma entidade externa para obter a quantia recuperável dos seus Ativos. A avaliação obtida junto da entidade externa, permitiu concluir que a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios da CE- Circuito Estoril ascende a 9.111.656,00 euros.

Foi igualmente reconhecida uma perda por imparidade no período anterior nos Ativos Fixos Tangíveis em Curso.

Posteriormente, foi também emitido um parecer de entidade independente, sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis, objeto desta avaliação. Com base nesse trabalho foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES SUPOSTADOS E OBTIDOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	75 700,38	88 392,35
	75 700,38	88 392,35
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ganhos financeiros		
Juros obtidos(IGCP)	787,58	886,57
Outros ganhos	787,58	886,57
	787,58	886,57

Os juros suportados referem-se à remuneração dos suprimentos aportados pelo acionista em exercícios anteriores.

Taxa Juro Nominal Financiamento Gastos

	2015		2014		2013		2012		2011	
	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal
Par pública - suprimentos	75 700,38	3,859%	88 392,35	4,51%	58 915,90	5,60%	53 304,40	5,27%	50 487,09	5,25%
Conta caucionada	-	-	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 5%	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	7 403,66	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	3 540,32	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 3,5%

Em Dezembro de 2014, foi cancelada a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional.

12. IMPARIDADES**Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imparidade dívida a receber clientes	27 145,51	
	<u>27 145,51</u>	<u>0,00</u>

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A sociedade encontram-se sujeita a imposto sobre as pessoas coletivas (IRC), sendo a taxa atual de 21% acrescida da taxa de derrama. Nos termos do Art.º 81º do CIRC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do período	953.206,29	(144.773,13)
A Acrescer (1)	99.660,39	109.182,39
Imposto s/ rendimento (2)	73.437,69	11.125,62
A Deduzir (3)	(250.942,44)	(250.942,44)
	<u>(77.844,36)</u>	<u>(130.634,43)</u>
Resultado depois de Imposto	<u>875.361,93</u>	<u>(275.407,56)</u>
(1) - A Acrescer	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Anulação PEC		9.522,00
Reintegrações não aceites	99.660,39	99.660,39
	<u>99.660,39</u>	<u>109.182,39</u>
(2) - Imposto s/rendimento	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro tributável	875.361,93	(275.407,56)
Dedução prejuízos fiscais	(612.753,35)	
- Imposto à taxa normal	55.147,80	
- Derrama	10.942,02	
- Deslocações (Via Verde)	307,02	348,99
- Conservação viaturas	3,18	
- Combustíveis	1.130,62	1.508,27
- Renting viaturas	5.907,05	9.268,35
	<u>73.437,69</u>	<u>11.125,62</u>
(3) - A deduzir	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PI das vidas úteis futuras	250.942,44	250.942,44
	<u>250.942,44</u>	<u>250.942,44</u>

Apresenta-se de seguida um mapa com os respetivos valores de prejuízos fiscais com indicação da data limite para utilização dos mesmos.

Prejuízos fiscais dedutíveis por ano

Ano	Valor	Ano limite Utilização
2012	1 817 349,41	2017
2013	-	2018
2014	275 407,56	2026
2015	-	2027
	2 092 756,97	

Nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço em virtude da CE não ter diferenças temporárias tributáveis ou provas convincentes de que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis.

14. INVENTÁRIOS

Inventário	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Mercadorias	27 912,62	28 407,04
Total inventários	<u>27 912,62</u>	<u>28 407,04</u>

15. CLIENTES

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
Clientes Gerais	183 088,27	183 088,27	97 571,82	97 571,82
Clientes de cobrança duvidosa	1 859 248,15	1 859 248,15	1 832 102,64	1 832 102,64
	<u>2 042 336,42</u>	<u>2 042 336,42</u>	<u>1 929 674,46</u>	<u>1 929 674,46</u>
Perdas por imparidade	1 859 248,15	1 859 248,15	1 832 102,64	1 832 102,64
Total Clientes	<u>183 088,27</u>	<u>183 088,27</u>	<u>97 571,82</u>	<u>97 571,82</u>

16. FORNECEDORES

Descrição	2015	2014
Fornecedores gerais	250 846,29	112 355,66
Total saldo fornecedores - correntes	250 846,29	112 355,66

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	45.514,31	21.873,86	
Impostos s/ rendimento - IRS		5.045,00		4.881,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		72,43	128.577,91	
Contribuições p/ segurança social		7.015,21		7.000,39
	-	57.646,95	150.451,77	11.881,39

Detalhe da rubrica de IRC

	2015	2014
Pagamentos especial por conta	23.831,32	23.831,32
Pagamentos por conta		5.220,00
Retenções na fonte	4.092,06	3.948,16
Estimativa de IRC	(73.437,69)	(11.125,62)
Total	(45.514,31)	21.873,86

18. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	100,00	100,00	197,00	197,00
Adiantamento órgãos sociais	14 608,94	14 608,94	14 608,94	14 608,94
Remunerações órgãos sociais	0,00	0,00		0,00
	14 708,94	14 708,94	14 805,94	14 805,94
Acrescimos de rendimentos				
Juros a receber	0,00	0,00	337,31	337,31
Outros acrescimos	1 238,20	1 238,20	1 266,08	1 266,08
	1 238,20	1 238,20	1 603,39	1 603,39
Outras contas a receber	15 947,14	15 947,14	16 409,33	16 409,33

19. DIFERIMENTOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros	22 965,84	24 714,95
Manutenção	3 002,59	2 870,62
Outros serviços	299,52	82,99
Combustível a consumir	7 385,97	7 359,74
Gastos a reconhecer	<u>33 653,92</u>	<u>35 028,30</u>
Reservas circuito	260 450,00	237 222,29
Codrives a realizar	6 459,37	3 443,09
Outros rendimentos	1 308,06	1 322,35
Rendimentos a reconhecer	<u>268 217,43</u>	<u>241 987,73</u>

20. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerário		
- Caixa	2 500,00	2 500,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	2 305 571,09	37 489,94
- Depósitos a prazo	0,00	720 000,00
	<u>2 305 571,09</u>	<u>757 489,94</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>2 308 071,09</u>	<u>759 989,94</u>

21. CAPITAL REALIZADO

A seguinte entidade detêm mais de 20% do capital subscrito:

Entidade	%
Parública- Participações Públicas, SGPS, S A	100,00

	2015		2014	
	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
	15 000 000	30 000 000,00	15 000 000	30 000 000,00
Capital Realizado	<u>15 000 000</u>	<u>30 000 000,00</u>	<u>15 000 000</u>	<u>30 000 000,00</u>

22. VARIAÇÕES CAPITAIS PRÓPRIOS

	CAPITAIS PRÓPRIOS				Resultado líquido do período	Total
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados		
A 1 de Janeiro de 2014	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(10.370.598,61)	(11.933.271,43)	7.729.910,72
Alterações no período						
Aplicação dos resultados				(11.933.271,43)	11.933.271,43	-
	-	-	-	(11.933.271,43)	11.933.271,43	-
Resultado líquido do período					(144.773,13)	(144.773,13)
Resultado Integral	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
A 31 de Dezembro de 2014	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
A 01 de Janeiro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
Movimentos Período - 2015						
Aplicação dos resultados				(144.773,13)	144.773,13	-
	-	-	-	(144.773,13)	144.773,13	-
Resultado líquido do período					953.206,29	953.206,29
A 31 de Dezembro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88

O Capital Próprio ascende a 8.538.343,88 € em 31 de Dezembro de 2015, quando o Capital Social é de 30.000.000,00 €, estando assim perdida metade do capital, sendo necessário proceder à recomposição dos capitais, nos termos dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.

Em Outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei.

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	18 718,54	18 718,54	17 563,88	17 563,88
Outros credores				
Sindicatos		0,00		0,00
Acréscimos de gastos				
Férias,sub. Férias e encargos	45 405,81	45 405,81	44 354,73	44 354,73
Juros Suprimentos Parpublica	75 700,38	75 700,38		0,00
Comissões-Bancos		0,00	328,61	328,61
Outros	64 975,92	64 975,92	31 539,98	31 539,98
Outras contas a pagar	204 800,65	204 800,65	93 787,20	93 787,20

24. ACIONISTAS/SÓCIOS (TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS)

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes, nomeadamente em cumprimento das disposições em matéria de preços de transferência.

Os saldos e transações com partes relacionadas, ou seja, com Empresas entre as quais existe a capacidade de controlo ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, referem-se a suprimentos aportados em exercícios anteriores e escalonam-se como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACIONISTAS - Parpública						
Empréstimos	1 961 658,88		1 961 658,88	1 961 658,88		1 961 658,88
Juros de suprimentos	251 099,76		251 099,76	251 099,76		251 099,76
	2 212 758,64	0,00	2 212 758,64	2 212 758,64	0,00	2 212 758,64

Alcabideche, 14 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O CONTABILISTA CERTIFICADO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do CE - Circuito Estoril, SA (adiante também designada por CE ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um ativo líquido de 11 532 614 euros e um capital próprio de 8 538 344 euros, incluindo um resultado líquido de 953 206 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do CE - Circuito Estoril, SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

8.1. O capital próprio em 31 de dezembro de 2015 ascende a 8 538 344 euros, quando o Capital Social ascende a 30 000 000 euros, pelo que são aplicáveis as disposições dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Nesse âmbito, no seu Relatório de Gestão, o Conselho de Administração refere que *“... cabe ao Conselho de Administração alertar o acionista para a situação descrita. Em outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na lei. A Comissão Executiva da Parpública apreciou e discutiu com interesse a proposta apresentada pela CE, tendo considerado não estarem ainda reunidas as condições necessárias para a tomada de decisão.”*

8.2. No âmbito da reestruturação do modelo de gestão empresarial do Autódromo, foi deliberado integrar, com efeitos a 1 de abril de 2007, a atividade de exploração do Autódromo exercida anteriormente pela Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA (SGA) na Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA (SIA), que se passou a denominar CE - Circuito Estoril, SA (CE), conforme Deliberação Unânime por Escrito de 8 de fevereiro de 2007 do Estado Português na qualidade de acionista único da Parpública - Participações Públicas SGPS, SA. A modalidade adotada nessa transferência da atividade consistiu na entrada de ativos realizada pela SGA na SIA/CE a coberto do regime da neutralidade fiscal. Tendo sido mantidos nalguns exercícios os procedimentos anteriormente existentes, persistem as divergências de interpretação e potenciais contingências, situação que continua a ser acompanhada pela CE.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de março de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Lmi'.

Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionista,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2015, a atividade do CE - Circuito Estoril, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2015;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 15 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda